



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ - IPI
Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47



ATA Nº 319 DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CMP – ANO 2026 – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ. Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis (08/04/2026) às 14h (quatorze horas), reuniram-se, em sessão ordinária na sala de reuniões do IPI, os conselheiros a seguir nominados: Dulcinéia Sabino (ASPAMI), Francisco Eduardo Johannsen (SINDIFOZ), João Alberto da Silva (ASPAMI), Vitor Paul Woyakewicz (IPI), Fábio Cadó de Quevedo (Executivo) e Willian Meurer (CVI). Compondo o quórum, estava presente ainda a conselheira suplente Gleide Nara de Amorim (SINDIFOZ), além da Diretora-Presidente do IPI, Dulce Maria Amaral Pereira, do Diretor de Investimentos, Jean Polidoro, e de representantes do Conselho Fiscal do IPI e da empresa SMI – Consultoria.

PRIMEIRO ASSUNTO DO DIA: APROVAÇÃO DA ATA N. 318 DO CMP: Os membros do CMP fizeram a conferência da ata n. 318, vinculada à reunião ordinária do mês de março de 2026, sendo aprovado o documento por unanimidade, sem ressalvas. **SEGUNDO ASSUNTO DO DIA: ESPAÇO RESERVADO PARA O IPI:** A Diretora-Presidente do IPI cumprimentou a todos, agradeceu a participação dos conselheiros, da SMI e mencionou a intenção de lançar, ao final do ano, uma revista institucional sobre a história do Instituto, com registros fotográficos e materiais a serem selecionados posteriormente. Foi destacada também a necessidade de cuidado com publicações em redes sociais, o que motivou, inclusive, a recente contratação da estagiária Aline, apresentada a todos na reunião, e que entra na equipe do IPI para cobertura de mídia. Por fim, a Diretora-Presidente ressaltou que o objetivo do encontro é apresentar aos conselheiros uma análise do cenário econômico nacional e internacional, bem como o desempenho e o posicionamento da carteira de investimentos do Instituto. Devem ser abordados os impactos do conflito no Oriente Médio, juros, inflação, eleições, mercado financeiro, enquadramento da carteira e perspectivas de rentabilidade. **TERCEIRO ASSUNTO DO DIA: APRESENTAÇÃO DO CENÁRIO DE INVESTIMENTOS E**

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

CARTEIRA DO RPPS DE ITAJAÍ, PELA SMI – CONSULTORIA:

A Diretoria de Investimentos destacou a importância da participação periódica da consultoria na apresentação da política de investimentos, dos resultados da carteira e do cenário econômico. Foi ressaltado que a consultoria atua como suporte técnico à gestão dos recursos do Instituto. Em relação ao cenário econômico internacional, foram abordados os efeitos do conflito no Oriente Médio, especialmente envolvendo Irã, Estados Unidos e Israel, com destaque para impactos no preço do petróleo, gás natural, fertilizantes e logística global. Também foram discutidas as consequências do fechamento ou restrição no Estreito de Ormuz, a volatilidade dos mercados e os reflexos sobre a inflação mundial. Foram analisados temas relacionados aos Estados Unidos, como tarifas comerciais, decisões da Suprema Corte norte-americana, política econômica do governo Trump, juros definidos pelo Federal Reserve, inflação americana, custo de vida e investimentos em inteligência artificial. No cenário econômico brasileiro, foram tratados os efeitos da elevação do petróleo sobre a inflação, especialmente diesel, fretes, fertilizantes e alimentos. Foi comentada também a desaceleração da economia brasileira, o impacto da taxa Selic elevada, o endividamento das famílias e o início do ciclo de corte de juros pelo Banco Central, em ritmo mais cauteloso. Foi explicado que a alta recente da Bolsa brasileira decorre, em grande parte, do fluxo estrangeiro e da rotação global de portfólios, com investidores reduzindo exposição aos Estados Unidos e buscando mercados emergentes. Ressaltou-se que essa alta não decorre necessariamente de fundamentos internos brasileiros, mas de movimentos externos de alocação. A consultoria apresentou a composição da carteira do IPI, destacando elevada concentração em renda fixa, títulos públicos marcados na curva e letras financeiras. Foi ressaltado que a carteira está diversificada, protegida e estruturada para o médio e longo prazo. Foram destacados os seguintes pontos: (I) em 2025, a carteira possuía aproximadamente 85,59% em renda fixa; (II) a principal posição era em títulos públicos com marcação na curva, em torno de 58%; (III) a carteira encerrou 2025 com patrimônio de R\$ 2.088.851.498,60 bilhões; (IV) até fevereiro de 2026, o patrimônio líquido alcançou R\$ 2.138.137.079,90 bilhões; (V) a carteira estava praticamente aderente à meta, com cerca de 99% da meta acumulada até fevereiro de 2026; e (VI) a média ponderada dos títulos públicos e letras financeiras foi considerada elevada e favorável ao cumprimento da meta atuarial. Foi informado que a carteira encerrou o ano de 2025 enquadrada na Resolução CMN n. 4.963. Foi abordada também a nova Resolução n. 5.272, com destaque para as restrições relacionadas ao

W

AD

X

quido

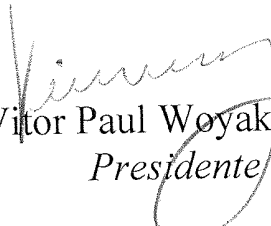
2


nível de Pró-Gestão e à manutenção de determinados ativos em carteira. Foi esclarecido que alguns ativos podem ser mantidos, embora novos aportes possam estar vedados, conforme o nível de certificação e as regras da nova resolução. Sobre riscos eleitorais e fiscais, foi discutido que o ano eleitoral tende a aumentar a volatilidade e a incerteza, especialmente em razão de possíveis pressões por aumento de gastos públicos, subsídios e programas governamentais. O equilíbrio fiscal foi apontado como um dos principais fatores de preocupação para investidores e para a curva futura de juros. Logo, diante de tal cenário, decidiu-se: (I) manter a estratégia de acompanhamento periódico da carteira com apoio da consultoria; (II) foi reconhecida a adequação atual da carteira, especialmente em razão da proteção proporcionada pelos títulos públicos, letras financeiras e ativos de renda fixa; (III) não foi recomendada saída precipitada ou resgate imediato de ativos apenas para adequação à nova resolução, uma vez que há prazos para o desenquadramento e que permitem uma melhor análise do cenário econômico e financeiro; e (IV) foi reafirmada a necessidade de acompanhamento técnico do cenário econômico, da inflação, dos juros, do conflito internacional e dos impactos eleitorais/fiscais. A reunião prosseguiu com a apresentação técnica da carteira e esclarecimentos aos presentes, ficando consignada a relevância do acompanhamento contínuo dos investimentos, do cenário econômico e das exigências regulatórias aplicáveis ao Instituto. Em suma, a consultoria apresentou panorama detalhado do cenário econômico internacional e nacional, com a volatilidade dos mercados financeiros, a desaceleração econômica brasileira e um início cauteloso do ciclo de redução da taxa Selic. Foi ressaltado que o mercado permanece altamente volátil e dependente dos desdobramentos internacionais e políticos. A consultoria e a Diretoria de Investimentos destacaram que a carteira do Instituto permanece: altamente concentrada em renda fixa; protegida por títulos públicos marcados na curva; com forte presença de NTN-B e letras financeiras; e estruturada para médio e longo prazo. Entre os pontos enfatizados, estão o crescimento consistente do patrimônio; média ponderada elevada dos títulos públicos; carteira praticamente aderente à meta atuarial; baixa exigência de retorno dos ativos de maior risco para cumprimento da meta; e importância da imunização da carteira com ativos de renda fixa. Além disso, foi apresentada projeção detalhada dos fluxos futuros da carteira de títulos públicos, incluindo: pagamento semestral de cupons; vencimentos programados; reinvestimentos futuros; retorno do principal investido; e proteção inflacionária dos ativos. A consultoria explicou que os títulos públicos estão indexados ao IPCA; portanto, (I) os fluxos futuros tendem a

crescer em razão da inflação; (II) o reinvestimento dos cupons gera efeito acumulativo relevante; e (III) parte significativa do capital investido retornará ao Instituto antes mesmo do vencimento final dos títulos. Foi ressaltado que, pela projeção apresentada, em 2035, o Instituto já terá recuperado praticamente 100% do valor originalmente investido apenas com cupons e vencimentos. O Conselho debateu extensamente o equilíbrio atuarial do Instituto, abordando: crescimento da expectativa de vida; impacto de futuras aposentadorias; terceirização versus realização de concursos públicos; necessidade futura de utilização do patrimônio acumulado; e relação entre rentabilidade da carteira e equilíbrio atuarial. Foi destacado que: (I) o estudo atuarial projeta necessidade de utilização do patrimônio a partir de 2035; (II) a retirada projetada inicialmente seria pequena; (III) o maior ponto de pressão atuarial ocorreria em torno de 2045; e (IV) o patrimônio acumulado e os investimentos realizados atualmente proporcionam elevada segurança ao regime. Os conselheiros debateram a necessidade de iniciar estudos preventivos sobre possíveis ajustes previdenciários futuros. Foram levantados pontos como a necessidade de planejamento de longo prazo, modulação de efeitos para futuros servidores, impacto da longevidade, possíveis mudanças gradativas para novos ingressantes, importância de evitar medidas abruptas no futuro e necessidade de aprofundamento técnico antes de qualquer deliberação. Houve também manifestações no sentido de iniciar debates preventivos e estruturados, além de estabelecer um cronograma de estudos sobre a pertinência da reforma. As seguintes decisões foram tomadas: (I) reconhece-se que a carteira de investimentos permanece adequadamente posicionada e protegida; (II) foi mantida a estratégia de imunização da carteira com títulos públicos e renda fixa; (III) confirmou-se a continuidade do acompanhamento técnico periódico da carteira e do cenário econômico; (IV) deliberou-se pela continuidade dos estudos atuariais anuais; (V) houve consenso quanto à necessidade de iniciar estudos preventivos sobre a sustentabilidade previdenciária futura; (VI) ficou acordado que o tema da eventual reforma previdenciária deverá ser tratado de forma gradual, técnica e planejada; e (VII) foi sugerida a construção de um cronograma de trabalho para aprofundamento do tema previdenciário nas próximas reuniões. Ao final, os representantes da consultoria colocaram-se à disposição para novos esclarecimentos e futuras apresentações técnicas, reforçando o compromisso com a transparência, o acompanhamento permanente da carteira e a busca pela sustentabilidade de longo prazo do regime previdenciário. **QUARTO ASSUNTO DO DIA: DEVOLUTIVA DE SOLICITAÇÃO DO CMP PARA A DIRETORIA**

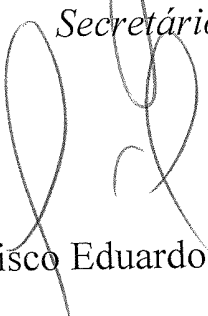


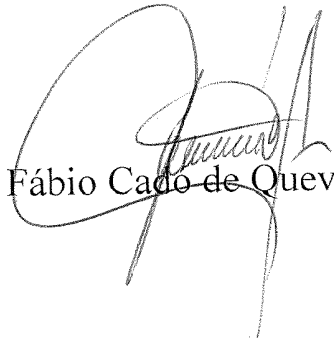
ADMINISTRATIVA, QUANTO A ITENS DO PRÓ-GESTÃO: Foi mencionada a necessidade de uma devolutiva por parte da Diretoria Administrativa aos conselheiros. Contudo, entendeu-se que o tema deverá ser apreciado na próxima reunião ordinária. **QUINTO ASSUNTO DO DIA: ASSUNTOS GERAIS:** A presidência do CMP abriu espaço para manifestações gerais dos participantes. Durante as falas, foram realizados cumprimentos e despedidas, e reconheceu-se que grande parte dos itens da pauta já havia sido apreciada. Sendo o que foi discutido, eu, Willian Meurer, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada por todos os conselheiros. Itajaí (SC), 08 de abril de 2026.



Vitor Paul Woyakewicz
Presidente

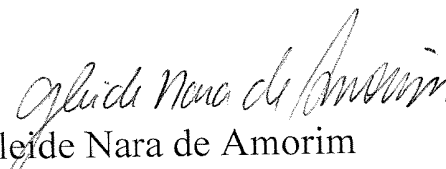

Willian Meurer
Secretário


João Alberto da Silva


Francisco Eduardo Johannsen


Fábio Cado de Quevedo


Dulcineia Sabino


Gleide Nara de Amorim